

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

ORÇAMENTO PÚBLICO, AJUSTE FISCAL E ADMINISTRAÇÃO CONSENSUAL (Jessé Torres Pereira Junior e Thais Boia Marçal) **1183**

EFEITOS JURÍDICOS DA DECISÃO DO STF QUE CONSIDEROU ILEGAL A INCORPORAÇÃO DOS QUINTOS ENTRE 1998 E 2001 (Maria Lúcia Miranda Alvares) **1195**

O INTERESSE PÚBLICO E A GÊNESE DO ATO ADMINISTRATIVO: JUSTIÇA E BEM COMUM (Fabriccio Quixadá Steindorfer Proença) **1209**

PODER JUDICIÁRIO: DE GUARDIÃO A PODER CONSTITUINTE? (Lorena Mesquita Silva) **1218**

RECALL, DEMOCRACIA DIRETA E ESTABILIDADE INSTITUCIONAL (Raphael Ramos Monteiro de Souza e José Ribas Vieira) **1232**

JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

SEGURANÇA PÚBLICA – Leis estaduais – Autorização de utilização, pela PM ou pela Polícia Civil, de veículos apreendidos e não identificados quanto à procedência e à propriedade, exclusivamente no trabalho de repressão penal – Constitucionalidade – Matéria afeta à Administração Pública Estadual – Competência não atribuída privativamente à União (STF) **1243**

PODER DE POLÍCIA – Inmetro – Farmácia – Fiscalização de balança para pesagem corporal – Não cabimento – Auto de infração – Nulidade – Equipamento não essencial ao funcionamento e às atividades econômicas do estabelecimento – Cortesia ou comodidade disponibilizada à clientela – Inteligência das Leis nºs 5.966/1973 e 9.933/1999 e da Resolução Conmetro nº 11/1988 (STJ) **1250**

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Responsabilidade subjetiva – Companhia de saneamento de água e esgoto estadual – Cadáver humano em decomposição encontrado no reservatório – Fornecimento de água contaminada com os fragmentos do corpo para a população – Omissão da concessionária quanto ao dever de efetiva vigilância no local e falha na prestação do serviço – Indenização por dano moral que se impõe (STJ) **1253**

CONCURSO PÚBLICO – Serviço de interesse militar voluntário estadual – Cláusula editalícia – Exigência de o candidato ser reservista de primeira ou de segunda categoria com, no mínimo, seis meses de serviço militar obrigatório nas Forças Armadas – Afronta à legislação estadual – Apresentação, na hipótese, de Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI) – Suficiência para participar do certame (TJGO) **1256**

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL – Empresa que tem como atividade econômica principal o comércio varejista de alimentos e medicamentos para animais de estimação – *Pet shop* – Inexistência de obrigatoriedade de inscrição no CFMV ou no CRMV – Possibilidade de contratação de serviços profissionais de médico-veterinário na condição de simples usuária – Inteligência dos arts. 5º e 6º da Lei nº 5.517/1968 (TRF1ªR) **1261**

MEIO AMBIENTE – Derrubada de remanescentes da Mata Atlântica e degradação de APPs para cultivo de cana-de-açúcar – Assentamento de trabalhadores e colonização ligada à reforma agrária – Responsabilidade dos ocupantes e da União – Reparação dos danos causados, independentemente da existência de culpa, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/1981 – Pretensa criação de unidade de conservação de proteção integral – Ato político – Violação do princípio da separação de Poderes – Discricionariedade administrativa – Exclusão da multa (TRF3ªR) **1264**

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE – Arrecadora em cabine de pedágio – Pagamento indevido – Perícia técnica realizada – Outros créditos trabalhistas devidos – Responsabilidade subsidiária da autarquia estadual, tomadora dos serviços – Observância aos Itens IV e V da Súmula nº 331/TST (TRT4ªR) **1271**

PROFESSORA – Magistério superior em universidade federal – Doutorado – Gratificação por titulação e ocupação de cargo em comissão – Anulação do título após constatação de plágio na tese doutoral – Determinação da suspensão dos pagamentos – Permanência da servidora no cargo em pleno gozo dos efeitos de ato administrativo declarado inválido – Inadmissibilidade – Determinação da suspensão cautelar dos pagamentos relativos à retribuição por titulação de doutorado e quaisquer outras rubricas porventura dele decorrentes (TCU) **1280**

PENSÃO CIVIL – Filha maior, solteira, sem cargo público – Adoção por meio de escritura pública em 1986 – Beneficiária neta do instituidor – Desvirtuamento do instituto da adoção – Descaracterização da condição de dependência econômica da pensionista – Ilegalidade e negativa de registro – Afronta à moralidade e ao espírito da lei – Dispensa, entretanto, do ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé até a data do conhecimento do acórdão pelo órgão de origem (TCU) **1294**

ÍNDICE 1303